

# A Constituinte

# Censura: Maurílio ataca a imprensa.

Jornal da Constituinte

Em tom indignado, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) subiu ontem à tribuna da Constituinte para acusar "a imprensa falada e escrita" de estar desencana-

doando "uma campanha orquestrada com o objetivo de desmoralizar os trabalhos da Assembleia Nacional".

"Repetindo o êxito alcançado na legislação passada — acrescentou — a imprensa nacional começa a publicar fotos tiradas em ângulos estudados do plenário, revelando a ausência de deputados."

Referiu-se especialmente a uma fotografia publicada na véspera pelo *Jornal da Tarde* e *O Estado*, na qual aparecia o deputado Lydianeas Maciel num dos microfones do plenário e, atrás dele, as cadeiras vazias.

O deputado classificou a imprensa que está publicando essas notícias como "picareta" e "marrom". Disse precisar muito do plenário, até para "protestar contra a política econômica", mas se ficasse ali sentado, durante as quatro horas da sessão, estaria "desonrando" o voto que recebeu. "Recebi um voto — disse ele — para ser Constituinte e não é sentado aqui, um atrás do outro, de castigo neste plenário, que se elabora uma Constituição."

Maurílio estava também revoltado com um programa de rádio que ouvira à noite, em Brasília, quando um locutor "insistentemente incitava o povo contra os constituintes, perguntando se sabiam quanto ganham esses malandros". E respondia que era Cz\$ 71 mil. Maurílio disse que em janeiro, já com o reajuste de 25% receberá Cz\$ 24.862,00 de subsídios e mais Cz\$ 23.923,00 de ajudas de gabinete e transporte, num total de Cz\$ 48.155,00 (distribuiu à imprensa cópia do contracheque). Líquidos, segundo ele, foram Cz\$ 46 mil, o que é "47 vezes o indigno salário mínimo do trabalhador", mas "é menos do que recebe a maioria dos grandes jornalistas conhecidos que querem desmoralizar esta Assembleia mostrando o vazio do plenário, e não é nem a metade do que ganham os ministros do STF. Na própria Câmara, segundo ele, há cem funcionários que ganham mais."

Maurílio concluiu sugerindo ao presidente da Constituinte que convoque rede de rádio e televisão para mostrar o trabalho dos constituintes e pedindo que a Constituinte resolva logo a questão do aumento dos subsídios, para acabar com a figura do jeton e para que todo ganho esteja sujeito ao Imposto de Renda. E foi aplaudido por vários colegas, entre os poucos mais de cem que se encontravam em plenário naquele momento. Na Casa, segundo Lydianeas Guimarães, havia às 14 horas, 309 constituintes.

Pouco depois, em nome da liderança do PL, o deputado Adolpho de Oliveira (RJ) fez a defesa dos jornalistas, principalmente os mais antigos alguns dos quais por ele citados nominalmente.

**Privacidade**  
O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, defendeu ontem um "certo recato", isto é, sigilo, das medidas governamentais, enquanto não houver decisão e o assunto se encontrar no plano da discussão interna. Na opinião do ministro, quando

uma notícia vaza antes de haver decisão, ou pelo menos uma intenção de decisão, isso provoca não só a desinformação do público como, às vezes, até danos ao próprio País.

Esse recato, contudo, não significaria afastar a sociedade dos debates das medidas governamentais, segundo justificou. Ao contrário, o que o governo quer, de acordo com Marco Maciel, é tornar suas decisões transparentes e é com esse objetivo que a Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal — Secaf — está realizando um encontro sobre informação oficial, reunindo funcionários do governo que atuam na área de imprensa, aberta quarta-feira, pelo próprio ministro.

Apesar de defender o recato até que as decisões sejam tomadas, Maciel negou que tivesse apresentado qualquer veto aos funcionários de imprensa do governo para que não fornecessem notícias em off. Depois de



Covas quer Ulisses fora da presidência do PMDB. E Maciel pede "recato" às fontes do governo.

lamentar que a imprensa tivesse divulgado essa informação, fornecida por um dos participantes do encontro, na forma de fonte, a qual estaria totalmente distorcida, o ministro disse que o governo quer apenas que as informações cheguem aos jornalistas de forma correta.

### Mesma linguagem

Mas a privacidade da informação, até que o governo tome uma decisão, deve ser mantida. Quando o governo fixasse a sua decisão sobre o assunto, escolhesse qual a política que iria adotar, aí sim, a sociedade deveria ser informada sobre as medidas oficiais, de acordo com Maciel. Se a medida vier a ser adotada através de um projeto-delei, por exemplo, a discussão sobre o assunto deveria começar no encaminhamento ao Congresso Nacional. No caso dos decretos ou decretos-leis, por exemplo, a discussão



Covas quer Ulisses fora da presidência do PMDB. E Maciel pede "recato" às fontes do governo.

## A sucessão no PMDB

Se o presidente do PMDB, da Câmara e Constituinte, Ulisses Guimarães, insiste em dizer que a hora não é oportuna para se discutir sobre sua eventual licença da presidência do partido, o mesmo não pensam o senador Mário Covas (PMDB-SP) e o ex-governador e senador José Richa, quando alegam a necessidade de o PMDB atuar como partido neste período. Informalmente, também um grande número de peemedebistas prega a licença de Ulisses por motivos diversos, embora seu mandato vá até abril de 1988.

Covas procura ser claro. "Ele não precisa renunciar, mas deve pedir licença. Só assim poderá exercer, plenamente, a presidência da Constituinte e, eventualmente, a da Câmara." Acrescentou o senador paulista: "Não se trata da competência, que Ulisses tem, mas da necessidade de o partido atuar junto à sociedade. Como presidente da Constituinte, ele não teria condições para isso e o PMDB, com a imensa carga que recebeu nas urnas, sofreria desgaste, por não cumprir seus compromissos", justificou.

Partidário da mesma tese, o senador José Richa acha que se Ulisses não se licenciar da presidência do PMDB "todos nós vamos nau-

fragar juntos". Ele explica: "O partido está relegado a segundo plano com o acúmulo de cargos do presidente, e isto é uma inversão, já que é o partido político o pulmão da democracia".

Para Richa, "o PMDB está imobilizado, os constituintes perplexos e até por isto o Congresso está com este ar de aparente confusão". O senador quer lembrar que o PMDB sequer fez uma única reunião depois das últimas eleições, enquanto estes encontros deveriam ser periódicos. Apoiando as palavras de Richa, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, vai mais longe, negando que os políticos do Paraná estejam articulados para garantir a presidência do partido para o senador Affonso Camargo, que é o terceiro vice. De qualquer forma, somente após a posse dos governadores a 15 de março, é que o assunto será resolvido, pois Pedro Simon e Miguel Arraes assumiram os governos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, respectivamente, levando a Executiva do partido a eleger novos primeiro e segundo vice-presidentes. Eles terão que renunciar porque a legislação proíbe a chefes de executivo exercer funções de direção partidária.

**Sem Respostas**  
O secretário especial de Comunicação da Administração Federal (Secaf), jornalista Getúlio Bittencourt, recebeu ontem o *Jornal da Tarde* e *O Estado* apenas para dizer que não pretendia responder às denúncias de que é autor do veto a fontes do governo. Segundo ele, não é seu dever falar para o "público externo", função pertinente ao porta-voz Antônio Frota Neto, e sim ao "público interno", conforme ficou decidido quando foi convidado para o cargo pelo presidente José Sarney.

**DESTAQUE POLITICO**  
Que a Constituinte seja uma fonte de estabilidade para ajudar a vencer os nossos problemas.  
Presidente Sarney

**Uma greve atrapalhando o descanso de Quércio em Campinas**  
O fim de semana do governador eleito de São Paulo, Orestes Quércio, prometia ser tranquilo, em Campinas, onde chegou na quinta-feira à noite: iria descansar, comemorar o segundo ano de casamento e o primeiro aniversário da filha Cristiane, e daria seqüência às reuniões que vem mantendo com a "equipe de transição". Entretanto, uma greve por melhores salários deflagrada ontem, pelos jornalistas do Diário do Povo, jogou a sua propriedade, perturbou os momentos de sossego que havia planejado. Quércio, contudo, procurou não assumir nenhuma decisão a respeito do movimento grevista — segundo ele, político e com intenção de apenas pressioná-lo por ser o governador eleito de São Paulo — e transferiu a responsabilidade de qualquer medida para a diretoria da empresa.

Os jornalistas do Diário do Povo — 13 repórteres, quatro fotógrafos e sete editores, além do chefe de reportagem — decidiram entrar em greve após uma assembleia realizada por volta do meio-dia. Eles estão reivindicando um piso salarial de Cz\$ 6.800,00 e mais Cz\$ 1.200,00 a título de antecipação a partir de 1º de dezembro, uma proposta semelhante a um acordo assinado pelo Sindicato da categoria com outro matutino da cidade, o Correiô Popular. A direção do jornal, entretanto, contrapropôs um piso salarial de Cz\$ 5.500,00, mais Cz\$ 2.300,00 de antecipação a partir de 1º de fevereiro, que foi rejeitada pelos funcionários.

Orestes Quércio — que aos poucos vai-se distanciando de seus negócios na cidade — foi procurado por uma comissão para que intermediasse as negociações entre o sindicato e o jornal, que segundo os grevistas se arrastam há dois meses, mas deixou claro que não opinaria nas decisões da diretoria com relação a salários, pois afirmou que não participa da política interna da empresa. "A greve tem um nítido aspecto político. Querem me atingir por ser governador, mas eles não conseguiram esse objetivo", declarou Quércio. Ele demonstrou que sequer se importava com o fato de a greve influir negativamente na sua imagem como governador eleito, e com a possibilidade de jornal deixar de circular. "Possem publicar essa notícia na grande imprensa, e até jogar uma bomba atômica no jornal. Minha decisão não muda", afirmou.

No início da noite, a diretoria da empresa

anunciou que não mudaria sua proposta, e pediu que os jornalistas retornassem ao trabalho. Estes, contudo, decidiram manter a greve e realizar uma assembleia de avaliação na manhã de hoje. Ainda não se saberia se o jornal deixaria de circular, ou seria impresso apenas com o noticiário nacional e internacional, enviado pelas agências. Essa não foi a primeira crise enfrentada por Orestes Quércio no Diário do Povo. No final de 85, por exemplo, quando ainda era vice-governador, Quércio teve seus bens penhorados pela Justiça, pelo não pagamento de indenizações trabalhistas aos jornalistas demitidos do jornal de hoje, fechado em 1981, e do qual Quércio demitiu 200 funcionários.

## SECRETARIADO

### Reforma administrativa sai mesmo

A criação de algumas Secretarias de Estado — provavelmente algumas das extraordinárias criadas pelo atual governo paulista, como a de Descentralização e a de Assuntos Fundiários —, a criação de outras (como a já anunciada de Defesa do Consumidor, ou a de Comunicação), a criação e extinção de órgãos de administração na área das empresas estatais, e garantias quanto a continuidade de certos projetos — estes foram os assuntos tratados, num almoço ontem no Palácio dos Bandeirantes, entre o governador Franco Montoro e seu secretário de Administração, Antônio Carlos Mesquita, este também incumbido pelo futuro governador de coordenar o processo de transição entre a gestão Montoro e a gestão Quércio.

De manhã, numa cerimônia de declaração de utilidade pública da região da Juréia, no litoral sul paulista, o governador Montoro já havia anunciado ter recebido a confirmação, por parte de Orestes Quércio, de que seus projetos na área de meio ambiente seriam "bem tratados" na futura administração, dando a entender que a própria Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente não seria desativada. E, num desejo, o governador acabou anunciando um secretário de Quércio: João Osvaldo Leiva, hoje na pasta de obras, "deve permanecer na mesma Secretaria".

Mas nem Montoro nem Mesquita quiseram dar mais detalhes sobre a anunciada reforma administrativa que está sendo preparada por uma equipe de economistas, juristas e assessores de Quércio. Mesquita usou algumas palavras para explicar por onde passará a "agilização" da máquina do Estado. "Nós estamos estudando quais órgãos têm funções superpostas, e quais deles devem desaparecer." Entra os citados, de DER e a Dersa. Como esta última, endividada, não pode simplesmente ser extinta, é provável que aquele departamento de estradas, vin-

culado à Secretaria dos Transportes, acabe sendo remodelado e tendo incorporadas suas funções pela Dersa. "Mas estes são apenas exemplos."

### Apoio condicionado

Embora Quércio esteja comandando a partir de agora as articulações para a formação do seu secretariado, visando a obtenção de maioria na Assembleia Legislativa, Antônio Carlos Mesquita voltou a falar com Duarte Nogueira, presidente regional interino do PTB. "Nos próximos novos encontros, o PTB deve designar agora dois representantes da sua bancada para novas conversações." Ele não admite falar, no entanto, em revisão do acordo com o PTB. Apesar das declarações em contrário de alguns deputados petebistas, Mesquita continua considerando o entendimento com este partido "muito bom" e insistiu que não pretende acordos "no varejo" (com alguns deputados ou apenas apoio eventual, diante de cada projeto do Executivo), mas no "atacado": só queremos acordos com partidos com um todo".

Nesta terça, Mesquita vai também encontrar-se com a Executiva paulista do PC do B. Ontem, o deputado não eleito Aurélio Peres falou, na sala de imprensa da Assembleia Legislativa, das preocupações de seu partido quanto às alianças que se desenham para o próximo governo.

O PC do B decidiu, em nível nacional, que não quer representantes em nenhum cargo do primeiro escalão de qualquer governo. Não estamos preocupados com cargos, mas temos interesse em acompanhar a formação do próximo governo.

Aurélio Peres, deputado federal por oito anos e não reeleito, e que retomou nesta segunda o seu trabalho habitual — ferramenteiro de Caldi, "estou trocando de bancada, da federal para a minha, profissional de ferramenteiro", disse — comentou que "este governo foi eleito pelo voto dos setores populares, e tem condições de montar sua equipe com o apoio e a participação desses setores. E as negociações até agora não têm demonstrado preocupação com isso".

Os possíveis acordos para a formação do governo Quércio não foram comentados, no Palácio dos Bandeirantes, pelo governador Montoro. Nas duas rápidas entrevistas que concedeu ontem, Montoro declarou que preferia "não comentar alianças que não estão sendo feitas para o meu governo". Como peemedebista, no entanto, Montoro declarou que "é bastante clara já a posição do presidente regional do partido, Almino Afonso". Almino tem declarado que, pessoalmente, preferiu um acordo com o PT, com o PDT.

### Virgínia Murano

**Antônio Ermírio, voltando à cena. A pedidos.**



O empresário Antônio Ermírio de Moraes deve sair nos próximos dias do silêncio que se impôs após as eleições e voltar a fazer parte da vida pública do País. Não como político, menos ainda em atividades partidárias, mas opinando, defendendo posições e tentando influir, no mínimo, na condução do processo e nas decisões dentro da área econômica federal.

Nesta quarta, atendendo a um convite de um grupo de amigos e colaboradores de campanha, Antônio Ermírio ouviu, conversou e comentou esta sua possível atividade com empresários, intelectuais, assessores e com a deputada Ruth Escobar, com quem tem mantido contato.

"Foi principalmente um encontro de confraternização", disse um dos presentes ao jantar, no restaurante La Távola. Pedindo que não fosse citado seu nome, este colaborador de campanha de Antônio Ermírio em sua candidatura pelo governo do Estado comentou que "o jantar parece ter entusiasmado Ermírio para voltar a ocupar um espaço que ele sempre ocupou, junto ao empresariado moderno, progressista, que pode, neste momento, se contrapor ao empresariado ortodoxo, de posições conservadoras, e que tem pressionado de maneira negativa a equipe econômica do governo Sarney".

No jantar de quarta-feira, Antônio Ermírio teria pedido um prazo de 48 horas para refletir sobre sua volta à cena pública. Alguns dos argumentos do grupo de amigos e as respostas de Antônio Ermírio: "Se você não tivesse passado por eleições, estaria calado diante da atual situação do País?". A resposta: "Claro que não, estaria falando como sempre falei, principalmente nos tempos da ditadura"; ou ainda: "Seus quase 4 milhões de votos o obrigam ao silêncio ou a uma maior participação, a um maior espaço político?". Na resposta, curta, a constatação de Antônio Ermírio: "Realmente..."

No final do encontro, bastante descontraído, Antônio Ermírio comentou que tem sido enorme o número de pessoas que o cumprimentam na rua com um simples gesto de "positivo", que é também grande o número de carros que ainda levam seu adesivo de campanha, e que tem respondido a vários convites para parlaninar turmas de estudantes. "Mas não basta falar aos estudantes quando um governador de Estado (Quércio) chama Funaro (ministro da Fazenda) de "cachorro perdido em dia de mudança", comentou um dos presentes ao jantar. Antônio Ermírio concordou.

## CURTAS

EM NOTA distribuída ontem, a direção nacional do PCB informou que o presidente do partido, Giocondo Dias, em viagem pela União Soviética, teve complicações de saúde, sendo operado a 27 de janeiro. Diz ainda a nota que o quadro clínico é considerado satisfatório, embora ainda inspire cuidados. E estima seu regresso ao Brasil dentro de 60 dias. Mas não informa qual foi o tipo de problema.

O GOVERNADOR da Bahia, Waldir Pires, anunciou ontem os nomes de dois secretários: Sérgio Gaudenzi (Fazenda) e Jairo Simões (Planejamento), justificando que a área econômica é a que mais o preocupa. Os demais nomes serão anunciados no dia 15.

OS DEPUTADOS da Assembleia Legislativa gaúcha não mais poderão nomear parentes para cargos na Assembleia. Por uma resolução baixada ontem, os substitutos terão que ser, necessariamente, escolhidos entre os funcionários do quadro efetivo da Assembleia Legislativa. É a primeira de uma série de medidas moralizadoras tomadas pela Mesa, que inclui ainda um corte nos salários dos deputados; em dezembro eles tiveram aumento de 25%, agora cortado e restrito aos 20% do galitão.

A PEDIDO do Sindicato de Construção Civil de João Pessoa, três deputados do PMDB da Paraíba, Antônio Augusto Arrozeiras, João Fernandes e Antônio Ivo, decidiram requerer a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, tão logo se iniciem os trabalhos legislativos, a 5 de março, para apurar o possível envolvimento do governo estadual em negociações com construtoras de outros Estados, através de obras autofinanciadas e não concluídas. Uma das denúncias: a Construtora Constran, de São Paulo, contratada pelo governador Wilson Braga para realizar as obras da Assembleia Legislativa, e do Fórum da Capital, recebeu todo o pagamento e imediatamente suspendeu os trabalhos, deixando as obras incompletas.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro informou ontem que decidiu realizar uma escavação mais profunda no local em que podem estar os restos mortais do deputado Rubens Paiva (uma área de 800 metros quadrados na praia do Recreio dos Bandeirantes, indicada ao secretário Nilo Batista por uma carta anônima). O parlamentar foi assassinado em 1971, quando estava sob a responsabilidade do antigo I Exército (hoje Comando Militar do Leste), pelo qual foi preso, em um dos momentos de maior repressão do governo Médici.

A carta anônima encaminhada ao secretário Nilo Batista foi liberada por ele para a imprensa, e é esta, na íntegra: "Sr. Secretário de Segurança Pública. A fim de evitar que inocentes fiquem à época venham a pagar por terem cumprido ordens absurdas e a fim de esclarecer

a verdade sobre o caso Rubens Paiva, informo a V.Sa. o seguinte: segundo consta, por um tiro na cabeça, dado pelo todo-poderoso brigadeiro Burnier, em seguida o corpo foi levado para a Barra da Tijuca, bem precisamente na avenida Sernambetiba, altura do Km 17 entre a avenida Gláucio Gil e o Recreio dos Bandeirantes, isto é, entrando na areia da praia no acostamento entre o asfalto e a praia, mais na praia. Participaram desta operação: Cel. Ary de Carvalho, Cap. João Câmara Gomes Carneiro — Magafa — ou João Coco, um sgt. e um soldado, que transportaram o corpo em uma Veraneio de cor azul-marinho com placa fria. Fazemos isto por um Brasil nacionalista e exclusivo dos brasileiros. Viva o verdadeiro Exército Brasileiro!"

Nota oficial  
O secretário da Polícia Civil do Rio, Nilo

**Caso Rubens Paiva**  
**A Polícia escava, mas nada acha.**  
Batista, distribuiu uma nota oficial sobre a carta anônima que lhe foi endereçada, e que no item primeiro faz a sua transcrição.  
No item segundo da nota oficial, o secreta-

rio diz que tal correspondência fora posta em Jacarepaguá, no dia 11 de dezembro de 1986. No item terceiro da nota, Nilo Batista afirma que "a vista das circunstâncias, o sr. secretário de Estado exarou o seguinte despacho: "Carta apócrifa, informe instigante. Ao DIE (Departamento de Investigações Especiais) havendo alguma procedência, encaminhe-se à autoridade judiciária militar. Improcedente, arquite-se". Nilo Batista informou que "iniciado o cumprimento das diligências para aferir a procedência ou não da informação anônima, tornou-se necessário o emprego de uma retroscavadora, e solicitado o equipamento, o prefeito do Rio, Saturnino Braga, cedeu a escavadeira.  
Já a viúva do parlamentar assassinado, Eunice Paiva, disse que não estão "à procura de cadáveres, mas sim de soluções legais, pelos

caminhos legais, que possam esclarecer o caso". Ela lembrou as tentativas feitas ano passado, quando até na Justiça Militar houve manifestações a favor do esclarecimento do caso, inclusive de um ministro do Superior Tribunal Militar, brigadeiro George Belham.  
A morte de Rubens Paiva foi confirmada ano passado, por um tenente-médico que serviu ao destacamento de operações e investigações (DOI), Amílcar Lobo. Mas há outros presos políticos ainda desaparecidos, como o estudante Honestino Guimarães, de Brasília. No caso de Rubens Paiva, a viúva deverá ter direito a uma pensão, como ocorreu com a viúva do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do antigo II Exército, hoje Comando Militar do Sudeste, durante o comando do general Ednardo D'Ávila Mello.